

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 997.756 - MG (2016/0267721-8)**

**RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE : EMBRAH EMPRESA BRASILEIRA DE HABITAÇÃO LTDA**  
**ADVOGADOS : FLAVIA ROBERTA MARTINS AMADEU BITES CASTRO -**  
**MG080235**  
**ALEXANDRE ALVIM BITES CASTRO - MG075089**  
**EMBARGADO : SEBASTIÃO PEREIRA DE LIMA**  
**ADVOGADO : CLODOALDO ROBERTO BARBOSA - MG076755**

### **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por EMBRAH EMPRESA BRASILEIRA DE HABITAÇÃO LTDA contra decisão que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial da embargante, com fundamento na ausência de ofensa aos arts. 463 e 535 do CPC/73.

O embargante aponta omissão na decisão agravada quanto à existência de contradição no acórdão recorrido.

Embora devidamente intimado, o embargado não apresentou impugnação (e-STJ, fl. 409).

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Na hipótese, não há omissão sobre a invocada ofensa ao art. 535, I e II, do CPC/73.

Com efeito, depreende-se da decisão agravada que não se identificou nenhum vício no acórdão estadual, a ensejar sua nulidade por negativa de prestação jurisdicional, seja obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

É nítido o intuito da embargante de obter a reforma do *decisum*, entendendo ter sido equivocado o julgamento. Tal intento, contudo, não é cabível na via estreita dos

embargos de declaração, porque tal recurso é incompatível com a pretensão de se obter efeitos infringentes. A propósito:

*"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. CARÁTER PROTELATÓRIO. RECONHECIMENTO.*

*EMBARGOS REJEITADOS COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.*

*1. Inexistentes as hipóteses do art. 535 do CPC, não merecem acolhida os embargos de declaração.*

*2. Os embargos de declaração não se prestam à manifestação de inconformismo ou à rediscussão do julgado.*

*3. Embargos de declaração rejeitados, com imposição de multa fixada em 1% (um por cento) do valor da causa."*

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg no AgRg no AREsp 453.117/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe de 02/02/2015, sem negrito no original)

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ERRO MATERIAL DA EMENTA. AFASTAMENTO.*

*1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já apreciada no recurso.*

*2. Embargos de declaração acolhidos em parte, para correção de erro material, sem efeito modificativo."*

(EDcl no AgRg no AREsp 511.553/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 5/3/2015, DJe de 18/3/2015, grifou-se)

Não há nenhum vício a comprometer a compreensão do julgado ou falta de pronunciamento sobre ponto relevante e capaz de infirmar a conclusão adotada, mas mero inconformismo que deve ser devidamente apresentado no recurso próprio.

A fundamentação adotada no acórdão é suficiente para respaldar a conclusão alcançada, porquanto ausente pressuposto a ensejar a oposição de embargos de declaração, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015.

Diante do exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
Relator